

## **A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE AGENTES SOCIAIS DE ESPORTE E LAZER: considerações iniciais sobre o processo de formação do PELC no Jardim Lavínia, em São Bernardo do Campo**

Evandro Brandão Secco<sup>1</sup>

São Bernardo do Campo, SP, Brasil

Edmur Antonio Stoppa<sup>2</sup>

São Paulo, SP, Brasil

**RESUMO:** O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) é uma política pública de promoção do lazer e do esporte recreativo, promovida pelo Governo Federal, em ação do Ministério do Esporte em parceria com os Estados, Municípios e/ou Entidades da Iniciativa Privada. Neste sentido, entendemos que um programa de promoção do lazer e do esporte recreativo, ao incluir como eixo de atuação, a formação continuada de seus agentes, apresentando uma proposta de intervenção na área, merece ser objeto de estudo e reflexão. Assim, o objetivo geral do presente artigo, consiste na investigação e reflexão sobre o processo de formação continuada dos agentes sociais de esporte e lazer vinculados ao Programa, enquanto instrumento de formação profissional de agentes sociais de lazer e esporte recreativo, verificando possíveis implicações no trabalho desenvolvido nas comunidades, em especial, o trabalho desenvolvido no Centro Esportivo do Jardim Lavínia, no Município de São Bernardo do Campo. Como metodologia, o artigo foi desenvolvido por meio da combinação da pesquisa bibliográfica, documental e empírica, a partir da análise de conteúdo de documentos legais sobre o PELC, bem como por meio da observação participante. Como principais resultados entendemos que o processo de formação profissional de agentes sociais de lazer e esporte recreativo apresentado pelo PELC no Jardim Lavínia utilizou uma metodologia de trabalho com o objetivo de transformar a sociedade, partindo do princípio da valorização da cultura local e buscando a ampliação da mesma, sem negar a anterior. A preocupação em formar cidadãos que possam usufruir com consciência e criticidade seus momentos de lazer, se apropriando dos diferentes conteúdos possíveis, foi a proposta que ao se inserir em um Centro Esportivo, como o localizado na periferia de uma grande cidade da região metropolitana de São Paulo, consegue apresentar transformações sociais, ainda que singelas, mas capazes de ressignificar a utilização de um espaço público, tornando-o mais democrático e acessível a todos.

**Palavras-chave:** Atividades de Lazer. Políticas Públicas. Formação Profissional. Prática Profissional.

---

<sup>1</sup> Professor de Educação Física no Município de São Bernardo do Campo. Especialista em Educação Física Escolar. Mestrando em Ciências da Atividade Física, Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades.

<sup>2</sup> Doutor em Educação Física. Docente do Programa de Pós-Graduação em Atividade Física e do Programa de Pós-Graduação em Turismo, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo. Líder do Grupo Interdisciplinar em Estudos do Lazer (GIEL/USP/CNPq).

## **THE PROFESSIONAL TRAINING OF SOCIAL SPORTS AND LEISURE AGENTS: initial considerations about the PELC training process in Jardim Lavínia sports center, in São Bernardo do Campo**

**ABSTRACT:** The City Sports and Leisure Program (PELC) is a public policy for the promotion of leisure and recreational sports, promoted by the Federal Government, in action of the Ministry of Sports in partnership with the States, Municipalities and / or Entities of the Private Initiative. In this sense, we understand that a program to promote leisure and recreational sports, by including as its axis of action, the continuous training of its agents, presenting a proposal for intervention in the area, deserves to be the subject of study and reflection. Thus, the general objective of this article is to investigate and reflect on the process of continuous training of social agents of sports and leisure linked to the Program, as an instrument for professional training of social agents of leisure and recreational sports, verifying possible implications in the work Developed in the communities, in particular, the work developed at the Jardim Lavínia Sports Center, in the city of São Bernardo do Campo. As a methodology, the article was developed through a combination of bibliographical, documentary and empirical research, based on content analysis Of legal documents on the PELC, or through participant observation. As main results we understand that the process of professional training of social agents of leisure and recreational sports presented by the PELC in Jardim Lavínia Sports Center used a methodology of work with the objective of transforming society, starting from the principle of the valorization of the local culture and seeking the expansion of the Same, without denying the previous one. The concern to train citizens who can consciously and critically enjoy their moments of leisure, appropriating the different possible contents, was the proposal that when entering a Sports Center, such as that located on the outskirts of a large city in the metropolitan region of São Paulo, is able to present social transformations, albeit simple, but capable of re-signifying the use of a public space, making it more democratic and accessible to all.

**Keywords:** Leisure Activities. Public Policy. Staff Development. Professional Practice.

## **LA FORMACIÓN PROFESIONAL DE AGENTES SOCIALES DE DEPORTE Y OCIO: consideraciones iniciales sobre el proceso de formación del PELC en el Jardín Lavínia, en San Bernardo del Campo**

**RESUMEN:** El Deporte y Recreación de la Ciudad de programa (PELC) es una política pública para promover el ocio y el deporte recreativo, promovido por el Gobierno Federal en la acción del Ministerio de Deportes en colaboración con los estados, municipios y / o entidades de la Empresa Privada. En este sentido, entendemos que un programa de ocio y deporte recreativo promoción mediante la inclusión de un eje de operación, la continua formación de sus agentes, la presentación de una propuesta de intervención en la zona merece ser el objeto de estudio y reflexión. Por lo tanto, el objetivo general de este artículo es la investigación y la reflexión sobre el proceso de formación continua de los trabajadores sociales del deporte y el ocio vinculados al

programa, como una herramienta de formación profesional de los agentes sociales de ocio y el deporte recreativo, comprobando posibles implicaciones en el trabajo desarrollado en las comunidades, en particular la labor del Centro de Deportes Lavinia Jardim, en São Bernardo do Campo. Como metodología, el artículo se desarrolla a través de una combinación de la literatura, documental y empírica, a partir del análisis de contenido documentos legales de la PELC ya través de la observación participante. Los principales resultados que entienden que el proceso de formación de los agentes sociales de ocio y el deporte recreativo presentados por PELC en Lavinia Jardim utilizó una metodología de trabajo con el fin de transformar la sociedad, asumiendo la apreciación de la cultura local y la búsqueda de la expansión de que, sin negar la anterior. La preocupación en los ciudadanos que forman quienes podrán disfrutar con la conciencia y la criticidad de su tiempo libre, la apropiación de los diferentes contenidos posibles, fue la propuesta para ser insertado en un centro deportivo, tal como se encuentra en las afueras de una gran ciudad en la región metropolitana de São Paul, puede presentar social, aunque sencillo, pero capaz de replantear el uso de un espacio público, por lo que es más democrático y accesible a todos.

**Palabras-clave:** Actividades Recreativas. Políticas Públicas. Desarrollo de Personal. Práctica Profesional.

## Introdução

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) é uma política pública de promoção do lazer e do esporte recreativo, promovida pelo Governo Federal, em ação do Ministério do Esporte (ME) em parceria com os Estados, Municípios e/ou Entidades da Iniciativa Privada. Para atingir seus objetivos o programa se articula em três grandes eixos de atuação, que são: (1) a criação de núcleos de esporte recreativos e de lazer; (2) a criação de uma rede de estímulo e fomento à produção e à difusão dos conhecimentos científicos; e por fim, (3) a formação continuada de todos os envolvidos no desenvolvimento do programa, gestores, agentes sociais de esporte e lazer, lideranças comunitárias, pesquisadores, entre outros. (RODRIGUES, 2011).

A formação profissional de agentes de esporte e lazer, seja a partir de iniciativas governamentais como o PELC, seja por iniciativas acadêmicas, vem se consolidando como campo de estudos, e diferentes autores<sup>3</sup> tem se dedicado ao tema do estudo da formação do profissional da área do lazer, apresentando diferentes perspectivas e tendências de trabalho. Neste sentido, entende-se que um programa de promoção do lazer e do esporte recreativo, ao incluir como eixo de atuação, a formação continuada de seus agentes, apresentando uma proposta de intervenção na área, merece ser objeto de estudo e reflexão.

<sup>3</sup> Isayama (2003; 2010); Marcellino (2003; 2006); Silva (2011a; 2011b), Rodrigues (2011); Ramos (2011), entre outros autores.

Parte inicial de trabalho de mestrado, o objetivo geral do presente artigo, consiste na investigação e reflexão sobre o processo de formação continuada dos agentes sociais de esporte e lazer vinculados ao Programa, em especial, o Módulo Introdutório de Formação, buscando apontar considerações e contribuições dessa proposta de formação, no trabalho e atuação desses agentes nas comunidades, enquanto instrumento de formação profissional de agentes sociais de lazer e esporte recreativo, verificando possíveis implicações no trabalho desenvolvido nas comunidades, em especial, o trabalho desenvolvido no Centro Esportivo do Jardim Lavínia, no Município de São Bernardo do Campo, apresentando considerações sobre a importância da formação dos agentes sociais para o desenvolvimento do Programa.

Como metodologia, o artigo foi desenvolvido por meio da combinação da pesquisa bibliográfica, documental e empírica (SEVERINO, 2007), a partir da análise de conteúdo (TRIVIÑOS, 2008) de documentos legais emitidos pelo ME sobre o PELC, analisados à luz das contribuições de autores que abordam o tema da formação profissional no âmbito do lazer, bem como da observação participante (BRUYNE; HERMAN.; SCHOUTHEETE, 1991), em estágio inicial da pesquisa de campo do mestrado, no local de desenvolvimento das atividades do PELC em São Bernardo do campo.

A opção pelo diálogo com o desenvolvimento das atividades no Centro Esportivo do Jardim Lavínia, Município de São Bernardo do Campo, se fez pelo fato do referido centro ter recebido nos últimos anos, as três propostas de intervenção do PELC, através dos editais “Todas as Idades” (BRASIL, 2012), “Vida Saudável” (BRASIL, 2013) e “PELC Urbano” (BRASIL, 2014), todos com propostas peculiares em relação ao trabalho a ser desenvolvido e considerações específicas relativas à formação profissional<sup>4</sup>.

### Considerações Iniciais

O documento legal escolhido para subsidiar as discussões sobre os princípios e diretrizes do PELC trata-se das “Diretrizes 2016<sup>5</sup>”, obtido no sítio eletrônico oficial do ME. A escolha adotou como critério, a versão mais recente apresentada pelo ME, porém, subsidiariamente, iremos dialogar com as diretrizes de anos anteriores, encontradas no portal do ME, para refletir e apontar considerações sobre as diferentes propostas do PELC, com o objetivo de complementar as discussões e reflexões relacionadas ao tema do presente artigo.

Ante a diversidade de nomenclaturas que se apresentam para os profissionais da área do lazer, tais como animador cultural, animador sociocultural, agente social, agente

<sup>4</sup> As diretrizes e documentos estruturantes do PELC estão disponíveis em meio eletrônico no Portal do Ministério do Esporte, no link: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade>. Acesso em 28 de Março de 2017.

<sup>5</sup> BRASIL (2016). Documento obtido em 27 de maio de 2016 no endereço eletrônico: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade/programa-esporte-e-lazer-da-cidade-pelc>

de esporte e lazer, dentre outros, o presente estudo, em consonância com o previsto nos Editais do PELC, respeitando as orientações do Sistema Nacional de Lazer (SILVA *et al.*, 2011b), adota o termo “agente social” para designar todos aqueles envolvidos no desenvolvimento do PELC, considerando o mesmo como:

AGENTE SOCIAL: é a pessoa que atua no desenvolvimento de ações relacionadas ao Programa, como mobilizador, aglutinador, organizador, animador, mediador e das atividades de lazer junto às comunidades, devendo estar qualificado para interagir com as demais áreas sociais e profissionais e com a cultura local. (RODRIGUES, 2011, p. 19).

Essa definição apresenta considerações relevantes para o entendimento de quem é o agente social de esporte e lazer, visto que, ao ampliar o leque das ações que o agente é capaz de desenvolver, permite-se considerar como agente social, todos os profissionais que, de certa forma, estão envolvidos no processo, desde aqueles que participam da organização das atividades, passando pelos animadores, e até pelos próprios beneficiados, enquanto mobilizadores e mediadores. Neste sentido, o PELC busca ampliar suas ações de formação continuada para todos aqueles que são considerados agentes sociais. A recomendação do ME é para que, durante as sessões de formação, seja garantida a participação de gestores e beneficiados do programa, além dos trabalhadores contratados.

Sobre o conceito de “formação”, recorreremos novamente às contribuições de Rodrigues (2011), que sintetizou o pensamento do PELC em conformidade com o Sistema Nacional de Lazer.

FORMAÇÃO: Ação educativa continuada de gestores, agentes, lideranças comunitárias, pesquisadores, legisladores e outros parceiros atuantes nas esferas públicas federal, estadual e municipal, com vistas à formulação e à implementação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social e cultural. (p. 19).

Percebemos, também que, ainda que o conceito de agente social já deixe claro a defesa por ampliar o repertório de pessoas consideradas como tal, quando se trata da formação, esse repertório é novamente ampliado e se reforça a busca por atingir o maior número de pessoas envolvidas. Nesse sentido, o PELC se apresenta como política pública com grande potencial de agregar diferentes áreas de atuação social e também diferentes áreas do conhecimento humano, buscando, assim, efetivar diferentes princípios fundamentais do campo do lazer, tais como a intersectorialidade, a interdisciplinaridade, entre outros.

## O Programa Esporte e Lazer da Cidade, PELC

A promoção do lazer e do esporte recreativo através da implementação de políticas públicas, a partir da previsão constitucional<sup>6</sup> de acesso e permanência a esses direitos, favoreceu a criação de diferentes programas e projetos pelos entes públicos. No âmbito federal, a proposta de desenvolvimento desse trabalho se efetivou com a elaboração de uma política pública que defende uma concepção de gestão compartilhada e intersetorial, valorizando a autonomia e a participação popular, a partir da criação do PELC.

Para desenvolver uma proposta de política pública e social que atenda às necessidades de esporte recreativo e lazer da população, o Ministério do Esporte criou, em 2003, o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC, sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNEELIS. (BRASIL, 2016, p. 5).

O PELC é uma política pública de promoção do lazer e do esporte recreativo que, por meio da difusão de diferentes práticas corporais, culturais, artísticas e sociais, tem por objetivo, contribuir para a redução da desigualdade de acesso e permanência desse direito. O programa é executado pela União, por intermédio da atuação do ME, e conta com a parceria dos Estados, Municípios e Distrito Federal, assim como entidades não governamentais sem fins lucrativos e Instituições de Ensino Superior (IES), que possuam suas ações vinculadas às atividades de cunho social.

O PELC, na sua essência, além de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias, incluindo pessoas com deficiência, estimula a convivência social, **a formação de gestores e lideranças comunitárias**, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direitos de todos. (BRASIL, 2016, p.5, grifo nosso).

O objetivo geral do PELC, definido como “Democratizar o lazer e o esporte recreativo”, para se efetivar, apresenta alguns desdobramentos, que se observam nos seus objetivos específicos. Um desses objetivos específicos consiste na necessidade de “promover a formação inicial e estimular a formação continuada dos agentes sociais e gestores municipais de lazer e esporte recreativos”. (BRASIL, 2016, p.5).

Se apresentam também como objetivos específicos do PELC: o desenvolvimento das ações para os diferentes públicos (faixa etária, gênero, raça, etnia, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros); estimular a gestão participativa de todos os envolvidos; estimular a implementação de uma metodologia participativa e democrática para o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais de lazer e esporte; valorizar e

---

<sup>6</sup> Conforme preceitua a Constituição Federal de 1988 em seus artigos 6º e 217, considerando o mesmo enquanto direito social e dever do Estado.

fortalecer a cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo; promover a ressignificação e a qualificação dos espaços e equipamentos públicos, assim como, democratizar o acesso ao esporte e o lazer recreativo. (BRASIL, 2016, p.5-6).

Esses objetivos devem ser alcançados a partir de três iniciativas fundamentais, a saber:

1. Implementação e desenvolvimento de núcleos de esporte recreativo e de lazer nas diversas regiões brasileiras, com atividades sistemáticas e assistemáticas de lazer e esporte recreativo, no sentido de garantir o direito ao lazer;

**2. Formação continuada de gestores, agentes sociais de lazer e esporte, lideranças comunitárias, legisladores e demais parceiros atuantes na esfera pública, com vistas à formação e à implementação de políticas locais;**

3. Monitoramento e avaliação da política de esporte e lazer de forma continuada envolvendo gestores, agentes sociais de esporte e lazer, formadores, articuladores regionais, orientadores pedagógicos e técnicos do desenvolvimento dos Programas em relação a seus objetivos e metas, com vistas à qualificação das ações; (BRASIL, 2016, p.6, grifo nosso).

Importante destacar que a preocupação com o processo de formação dos agentes, gestores e lideranças comunitárias, além de ser um dos objetivos específicos do PELC, também recebe status de uma iniciativa fundamental na busca por atingir o conjunto de objetivos e proposições do programa. Considerar a formação como um objetivo e também como uma iniciativa, consolida a importância da mesma dentro do processo de intervenção social.

Por fim, o documento novamente reforça o compromisso e a vontade de ampliar a política de formação de agentes sociais de lazer para além dos agentes sociais contratados para o desenvolvimento do programa, multiplicando o acesso aos conteúdos e possibilidades de formação para as lideranças locais, os administradores públicos, legisladores e demais parceiros envolvidos com o desenvolvimento do esporte e do lazer na cidade.

### O papel do Agente Social de Esporte e Lazer do PELC

O agente social do PELC é considerado o ator mais importante no processo de intervenção na comunidade. É ele que vai ser o responsável pela promoção dos princípios do programa, atuando como o elemento que trabalha na direção da transformação social da comunidade que recebe o núcleo de atividades. Neste sentido, o perfil do agente deve estar em consonância com os princípios defendidos pelo programa, e toda a sua atuação deve respeitar as diretrizes apresentadas e vivenciadas na formação desenvolvida no módulo introdutório de formação.

O PELC tem como princípio o trato intergerencial, o trabalho coletivo, o planejamento participativo, o resgate e fortalecimento da cultura popular nacional e a gestão participativa. O programa se utiliza do esporte e lazer como fator de convivência comunitária, superação de dificuldades individuais e coletivas, prevenção e diminuição da violência nos territórios de coesão social. Esses fatores direcionam para a definição do perfil do agente social PELC. (RAMOS, 2011, p. 9).

Esses princípios norteadores do PELC devem nortear toda intervenção do agente social nos núcleos de atividades, respeitando as diretrizes e os objetivos do programa, dentro de uma perspectiva dialógica e transformadora. Para tanto, o programa defende e desenvolve uma formação multicultural do agente social, superando a vinculação do agente social de lazer e esporte recreativo à tradicional formação em educação física, permitindo assim, que profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento, que tenham afinidade com o tema possam atuar e contribuir com o desenvolvimento do programa.

O PELC conta com o agente social de esporte e lazer como ator de intervenção social e pedagógica. Eles devem compor o quadro interdisciplinar e multiprofissional com articulação coletiva para a construção e intervenção dos saberes populares e saberes acadêmicos, com vistas a tratar o esporte e o lazer como direitos sociais. São os mediadores para elaboração e efetivação das ações, pautadas no princípio da gestão participativa. Nesse sentido, podem ser considerados agentes: gestores, professores de Educação Física, educadores populares e comunitários, demais profissionais de áreas afins ao lazer e envolvidos diretamente na execução do Programa. (BRASIL, 2012, p.10).

Ainda sobre a importância da figura do agente social nas políticas públicas de promoção do lazer e do esporte recreativo, se recorrermos às informações do Sistema Nacional de Esporte e Lazer<sup>7</sup>, encontramos os caminhos para o estabelecimento do trabalho dos agentes de esporte e lazer em consonância com a Política Nacional do Esporte (SILVA *et al.*, 2011b). No que diz respeito aos agentes sociais, temos como referência, a defesa da integração do seu trabalho com outros profissionais e a inserção do termo “animando” nas suas competências.

As competências de cada agente do Sistema Nacional de Esporte e lazer devem ser pautadas pela colaboração e comprometimento, em respeito as características próprias de cada uma, sua autonomia e pertinência, priorizando a inclusão social, sendo que, sem prejuízo de suas prerrogativas, são ressaltadas as seguintes atribuições:

(...) **Agentes comunitários de Esporte e Lazer:** interagir com as demais áreas sociais e profissionais, mobilizando, organizando, *animando*, arrematando as atividades esportivas e de lazer junto à comunidade. (SILVA *et al.*, 2011b, p.18, grifo nosso).

O termo “animando” quando se trata do desenvolvimento de uma intervenção no campo do lazer nos remete a uma possível e viável aproximação do papel do agente de esporte e lazer ao papel do animador sociocultural (BERNET, 2004). Essa aproximação aparece também em diferentes documentos que norteiam a execução do PELC, como por exemplo, nas diretrizes do PELC Vida Saudável, edital de 2013, onde está previsto,

---

<sup>7</sup> A criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer foi uma demanda concretizada a partir da 1ª Conferência Nacional do Esporte (BRASIL, 2004), realizada no período de 17 a 20 de junho de 2004.

no item de formação continuada dos agentes, a reflexão sobre o papel do “animador cultural” enquanto agente de transformação e inclusão social (BRASIL, 2013, p.33).

Em outro momento, o termo *animação cultural* novamente se apresenta no edital do PELC em 2014. Neste caso, porém, surge como sugestão de conteúdo inserido no módulo de formação do agente de esporte e lazer, junto a outros conteúdos correlatos como a auto organização comunitária, participação popular e promoção à saúde. (BRASIL, 2014, p.23).

Essas aproximações de termos e de linguagem, acabam certamente, aproximando também as propostas de atuação social, e nos permitem arriscar uma relação consistente entre o modelo de trabalho preconizado pelos documentos emitidos pelo ME, em especial no que diz respeito à condução da formação dos agentes do PELC, com os princípios e métodos defendidos pelos autores estudiosos do lazer que militam em defesa da animação sociocultural. Esse debate, porém, ainda que relevante e merecedor de um estudo abrangente, não será objeto principal do presente estudo, ainda que algumas considerações possam ser realizadas durante o texto.

### A proposta de formação inicial do PELC

A proposta de formação apresentada pelo programa compreende três etapas, conforme preconiza as Diretrizes de 2016. Uma das etapas, compreende o processo de formação presencial, e deve ser desenvolvido sob a orientação de um formador determinado pelo ME. Essa primeira formação, demanda a participação de todos os envolvidos e interessados na realização do programa. Uma segunda etapa de formação, corresponde a um processo de formação continuada, chamada de formação em serviço, realizada durante o desenvolvimento do programa, por meio de reuniões nos locais de trabalho, recebendo ou não contribuições de mediadores e profissionais especializados. Por fim, uma terceira possibilidade de formação continuada, corresponde ao processo de formação na modalidade de educação à distância (EAD). Para o desenvolvimento dos processos de formação inicial e formação a distância, o ME efetiva geralmente, a parceria com as Universidades, como podemos observar no Edital de 2016.

A formação é elemento central da proposta do Programa, pois configura uma ferramenta pedagógica imprescindível para o seu desenvolvimento. Para garanti-la, o Ministério do Esporte atualmente em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG realiza por meio de uma rede de formadores e articuladores regionais para auxiliar o processo de formação. (BRASIL, 2016, p.13).

A formação inicial é realizada através de um módulo chamado de *Introdutório*, é de responsabilidade do ME, que indica um formador para apresentar todas as informações referentes ao programa, assim como, tem a responsabilidade de organizar os primeiros movimentos de atuação dos agentes, definindo coletivamente as estratégias

e formas de atuação de cada núcleo em conjunto com os agentes envolvidos. (BRASIL, 2016).

O módulo tem duração de 48 horas, e deve ser realizado com a participação dos agentes sociais, coordenadores, gestores e representantes da entidade de controle social<sup>8</sup>. Neste sentido, a diretriz reforça a orientação para que a formação possa ser oferecida para mais pessoas além daquelas pessoas que eventualmente serão contratadas pelo programa, tanto para a necessidade posterior de substituição de agente, quanto para um maior aproveitamento dos conhecimentos e contribuições das lideranças locais. Sobre a concepção metodológica dos trabalhos, ressalta o edital que os mesmos devem obedecer aos “pressupostos da Educação Popular: estudo da realidade, organização do conhecimento e aplicação do conhecimento” (BRASIL, 2016, p.14).

O pensamento de Paulo Freire sobre uma metodologia de Educação Popular está diretamente ligado à transformação social e ao empoderamento das classes menos privilegiadas dentro de uma sociedade em que existe a luta de classes. Em uma primeira definição sobre o seu método e ciente da dificuldade de que se trata de algo de extrema complexidade, Freire e Nogueira (1993, p.19) destacam: “Entendo a educação popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação de classes populares; capacitação científica e técnica”.

Não é objetivo do presente trabalho mergulhar nas relevantes contribuições do grande educador brasileiro Paulo Freire, mas sim, verificar que, nas poucas palavras apresentadas na citação acima referida, já podemos observar aspectos fundamentais que permeiam as discussões sobre o papel das políticas públicas, em especial as de lazer, e também, sobre a relação das práticas de lazer e esporte recreativo com a necessidade de mobilização, organização e capacitação técnica e/ou científica.

As ações de mobilização, organização e capacitação, presentes nos documentos emitidos pelo ME, dão o norte para a formação dos agentes sociais de lazer e esporte recreativo. Esses conceitos são desenvolvidos desde o primeiro momento de formação dos agentes, a partir de um primeiro bloco de reflexões chamado de *Módulo Introdutório*, desenvolvido a partir da intervenção de um mediador indicado pelo ME, e em um segundo momento, no decorrer da execução do convênio, promovido pela entidade conveniada, através da *formação em serviço*. (BRASIL, 2016).

Em relação ao módulo introdutório, o Edital de 2016 não apresenta maiores informações e inovações no que diz respeito aos conteúdos a serem desenvolvidos no processo de formação, visto que, trata-se de um edital mais sucinto que dedica maior atenção aos procedimentos administrativos do Programa. Para essas informações, o edital recorre às contribuições do último Edital, publicado em 2014 que apresenta recomendações relevantes sobre a sua estruturação e formato, em especial, na

---

<sup>8</sup> O representante da entidade pública ou privada que pactua o convênio com o ME deve indicar uma Entidade para exercer o papel de Controle Social com o compromisso de fiscalizar e acompanhar a execução e as atividades do convênio. No caso de entidades públicas a entidade de controle social deverá ser prioritariamente um Conselho estadual ou municipal legalmente constituído há mais de um ano (BRASIL, 2016, p.12).

orientação para que o mesmo seja dividido em duas etapas, uma delas antes do início das atividades nos núcleos, e outra realizada no 2º mês de efetivo trabalho nas comunidades. (BRASIL, 2014).

O edital em questão, publicado em 2014, sugere que o *módulo introdutório de formação*, compreenda uma carga de 48 horas de atividades, e seja dividido em duas etapas. Uma primeira etapa, deve ser realizada em 3 dias (24 horas), antes do início dos trabalhos dos agentes sociais nos núcleos de atividade. Essa primeira etapa tem o dever de abordar os seguintes conteúdos: As diretrizes do PELC; O seu marco legal (estatutos e documentos relacionados); Além de apresentar aos agentes sociais, as diferentes temáticas relacionadas à Cultura, Alteridade e Territorialidade; Refletir e vivenciar as relações entre Lazer e Cultura; Vivências relacionadas às diferentes práticas corporais; Relações da intervenção dos agentes a partir da lógica das questões ambientais; Planejamento participativo; entre outros. (BRASIL, 2014).

Importante ressaltar que esse primeiro módulo de formação ocorre ainda dentro do processo de estruturação do Programa, e mesmo que os agentes sociais já tenham participado de um processo seletivo, eles ainda não estão formalmente contratados. Nesse sentido, a participação nesse bloco deve ser voluntária, porém, é obrigatória, visto que o certificado de participação nesse módulo é pré-requisito para o ingresso no Programa. Outro ponto relevante é a recomendação para que se realize esse módulo com um número maior de participantes do que a quantidade de vagas de trabalho, visando atender a eventual necessidade de substituição de agentes no decorrer do Programa. (BRASIL, 2014).

A segunda etapa desse módulo, também é realizada em 3 dias (24 horas) e deve acontecer no 6º mês do convênio, ou seja, já com cerca de dois meses de desenvolvimento das atividades nos núcleos. Nesse módulo, a sugestão dos conteúdos se direciona para o aprofundamento dos mesmos temas apresentados no módulo introdutório, assim como estimula o relacionamento desses conteúdos com o processo de início das intervenções dos agentes nos núcleos. (BRASIL, 2014).

A grande inovação do Edital de 2014, e conseqüentemente prevista também no Edital de 2016, corresponde à divisão do trabalho de formação inicial em 2 blocos de 24 horas. Lembramos que, nos editais anteriores, os formadores desenvolviam os conteúdos antes de iniciar o programa, e somente retornavam no final do convênio para realizar o módulo de avaliação final. A partir das contribuições dos próprios agentes, somado à percepção dos formadores, os editais recentes ampliaram a duração dessa formação, de 32 para 48 horas, e a dividiram em 2 blocos, o primeiro antes do trabalho nos núcleos, e o segundo no 2º mês de intervenção prática nos núcleos.

## A formação em serviço no Centro Esportivo do Jardim Lavínia

Além do módulo introdutório, que corresponde a uma formação correspondente a uma carga horária de aproximadamente 48 horas, coordenadas por um formador definido pelo ME, uma segunda possibilidade de formação é apresentada pelo PELC, chamada de *formação em serviço*, que passa a ser de responsabilidade da entidade que desenvolve o programa com as seguintes características:

Deve ocorrer durante todo o período de duração do convênio em reuniões semanais que servirão para estudo, troca de ideias, planejamento, palestras e oficinas, em cada um dos núcleos com organização, financiamento e realização sob responsabilidade da entidade conveniada. Poderão ser realizados momentos de estudo e trocas de experiências entre um ou mais núcleos. Podem ser convidadas pessoas que estejam habilitadas para atender as especificidades do Programa local, tendo em vista as dificuldades e dilemas diagnosticados no campo de atuação. (BRASIL, 2016, p.14).

Sobre essa possibilidade de formação, o texto elaborado pelo ME apresenta maiores subsídios e informações, principalmente no que se refere aos seus objetivos, os conteúdos e a metodologia das reuniões. Não trata, porém, da quantidade de horas que devem ser determinadas para a formação em serviço, apenas reforça o fato de que a mesma deve fazer parte da grade de atividades do núcleo.

Quanto aos **objetivos** da formação em serviço, o documento sugere aprofundar os conceitos e conteúdos acerca do esporte recreativo e de lazer a partir das características da população atendida, trazendo à luz as ideias e conceitos da promoção da saúde; sugere o planejamento participativo, a elaboração de registros, relatos de experiências, relatórios; qualificar as atividades desenvolvidas e buscar metodologias de avaliação processual do desempenho dos agentes e da execução do convênio. (BRASIL, 2016).

Em relação aos **conteúdos** a serem desenvolvidos nos encontros de formação continuada, as orientações são para que: eles estejam diretamente ligados às demandas e as necessidades do programa, visando qualificar sua execução; sugere conteúdos gerais das práticas corporais, da promoção da saúde, intergeracionalidade, inclusão social de pessoas idosas e com deficiência, integração e intersectorialidade nas políticas sociais; sugere também a reflexão sobre os temas relacionados à avaliação, gestão de políticas públicas, mobilização comunitária, gestão democrática, controle social, entre outros. (BRASIL, 2016).

Por fim, em relação à **metodologia** que deverá nortear a formação, sugere cursos, oficinas, palestras, atividades de campo, reuniões com grupos de interesse, intercâmbio entre núcleos dentro da mesma cidade, participação em eventos, congressos, seminários, entre outros. (BRASIL, 2016).

Apesar dos documentos emitidos pelo ME não apresentarem um roteiro elaborado de atividades correspondentes aos momentos de formação de seus agentes, eles apresentam indícios seguros da forma de como esses agentes devem atuar, e como devem ser conduzidos os momentos de formação, seja no módulo introdutório, seja no módulo de formação em serviço, a partir de princípios e diretrizes de uma atuação participativa e que valoriza o saber cultural regional.

Essas orientações e os respectivos módulos de formação são direcionados aos agentes sociais que vão atuar diretamente com a comunidade. Lembramos que o ME considera como agentes sociais, todos aqueles envolvidos com o Programa, independente da função exercida, seja na coordenação, seja na função de agente, ou até na condição de componente do conselho gestor. Neste sentido, todos os envolvidos com a execução do convênio e que em algum momento atuam diretamente na comunidade, devem estar submetidos à formação proposta.

Seguindo essas orientações, o processo de formação em serviço desenvolvido pelo PELC, no Centro Esportivo do Jardim Lavínia, realizado a partir dos Convênios Todas as Idades (2011/2012) e Vida Saudável (2013/2013), procurou atender às diferentes manifestações relacionadas ao campo do lazer, buscando estabelecer e consolidar os diferentes vínculos com a comunidade e o Centro Esportivo.

Inaugurado em agosto de 2011, o antigo campo de futebol de terra, localizado na periferia da cidade de São Bernardo do Campo, tinha um histórico de funcionamento restrito à prática do futebol, por jovens do sexo masculino, com idade entre 12 e 18 anos, nos dias de semana, e por homens adultos, com idade entre 20 e 35 anos nos finais de semana. Com a revitalização, o espaço recebeu um novo campo com grama sintética, iluminado e com novos alambrados, uma sala multiuso com 500 m<sup>2</sup>, uma pista de caminhada com 300 metros, e a intervenção de uma equipe de trabalho do PELC.

A intervenção do PELC junto ao momento de inauguração da revitalização do espaço facilitou a resignificação da utilização do espaço esportivo pela comunidade. O espaço que até então era restrito aos munícipes do sexo masculino, passou a atrair olhares das mulheres de todas as idades, de crianças e idosos. A utilização do campo passou a ser compartilhada, o Clube continuou usando o espaço aos finais de semana, porém, durante a semana, a utilização foi destinada à iniciação esportiva para crianças de 07 a 17 anos, meninos e meninas, e no período da noite, se adotou um processo de agendamento comunitário via sorteio presencial.

A pista de caminhada, também iluminada, passou a receber os moradores locais durante todo o dia e também à noite. No salão multiuso, novas turmas de práticas corporais foram montadas, a partir de vivências de modalidades como ginástica, alongamento e dança para adultos e idosos, e atividades de jogos e brincadeiras para crianças e adolescentes. Ainda no salão, um grupo formado por cerca de 15 mulheres idosas, solicitou uma tarde para o desenvolvimento de uma oficina de artesanato, tricô e crochê, prontamente atendido pelo grupo gestor do PELC.

Com o início das atividades e o início das reuniões de formação em serviço, buscando atender as recomendações dos programas, as reuniões passaram a ser realizadas semanalmente, às segundas feiras pela manhã, com duração de 4 horas, recebendo os agentes sociais contratados, os gestores públicos do espaço (administrador e funcionários de limpeza e segurança), e também, representantes das diferentes turmas e oficinas desenvolvidas.

Nessas reuniões, a pauta passava pelo desenvolvimento dos conteúdos, objetivos, diretrizes e metodologia do PELC, a partir do olhar da comunidade local, buscando estabelecer novas relações e novos conhecimentos para todos os envolvidos. Das reuniões, diferentes demandas foram observadas e repercutiram positivamente no desenvolvimento do programa. Uma delas, foi a solicitação para a criação de mais uma data para a reunião da turma de artesanato, e ficou definido o sábado pela manhã como dia de encontro, a partir da disponibilidade de uso do espaço e das demandas dos alunos.

Outro ponto definido nas formações, foi relativo ao processo de inscrição dos novos alunos. A deliberação foi para que, ao final de cada mês, fosse disponibilizado no quadro de avisos do Centro Esportivo, a quantidade de alunos desistentes e as respectivas vagas disponíveis. Essa demanda foi de extrema importância, visto que a procura passou a ser intensa, em diferentes horários, e algumas reclamações de divergências nas informações já tinham chegado aos moradores e usuários do local. Neste sentido, seguindo as orientações de gestão participativa e transparência, o grupo de agentes sociais do núcleo deliberou por essa prática.

Ainda no processo de formação em serviço, surgiu a necessidade de se agregar conteúdos ao processo de utilização do espaço, possibilitados aos beneficiados e usuários do local. O grupo então, se propôs a buscar parceiros na comunidade para ministrar palestras e oficinas, dentro da perspectiva do voluntariado, para realizar no espaço. Nesse movimento, temas como primeiros socorros, meio ambiente, reciclagem do lixo, saúde da mulher, e até sobre o próprio exercício do voluntariado, passaram a ser desenvolvidos com o grupo de alunos.

Outro ponto relevante, e que mobilizou toda a comunidade, foi a sugestão, a partir das reuniões de formação, da criação de um calendário de exposições dos trabalhos realizados, especialmente os trabalhos desenvolvidos nas turmas de artesanato. Como a produção já tinha uma quantidade substancial de produtos, o que seria apenas um momento para troca de experiências e conhecimentos, passou a ser, para alguns alunos, uma fonte de renda extra, visto que, nas exposições, a comunidade em geral passou a encomendar e adquirir os produtos das aulas de artesanato.

Com o desenvolvimento das turmas e o bom andamento do programa, as reuniões passaram cada vez mais se ocupar de temas relacionados ao compromisso da comunidade em fortalecer a apropriação e democratização do espaço, e também, no sentido de ampliar as ações do grupo em outras frentes. Nesse momento, uma das

alunas do artesanato, informou que dispunha de uma doação de uma grande quantidade de novelos de lã para utilização nas aulas. O grupo se sensibilizou com as doações e surgiu a ideia de se confeccionar cachecóis de lã com o objetivo de doar para um asilo da cidade. A proposta foi prontamente aceita, e dessa primeira iniciativa, que rendeu a doação de 50 cachecóis, surgiu um calendário de arrecadação de alimentos, remédios e materiais de higiene para a doação nas entidades assistenciais da cidade.

Dentro dessa perspectiva, inúmeras outras situações se tornaram possíveis a partir do momento destinado à formação em serviço, além desses relatos acima citados. Com certeza, a participação dos agentes sociais, gestores e beneficiados, a partir da mediação dos princípios e diretrizes do PELC, favoreceram o fortalecimento dos laços entre os beneficiados, assim como possibilitou a apropriação pela comunidade do espaço público. A frequência nas turmas e oficinas regulares gira em cerca de 800 pessoas matriculadas, e nos eventos e atividades assistemáticas, o total chega a 2 mil pessoas, utilizando o espaço por semana.

### Considerações Finais

Ao discutir a formação de profissionais de lazer, Isayama (2010) considera que as mudanças na sociedade demandam um novo perfil de profissional para atuar nesse campo. Assim como o PELC defende o lazer enquanto elemento capaz de dialogar com os diferentes setores da sociedade e do serviço público, e a animação sociocultural se apresenta como um elemento integrador de diferentes manifestações culturais, o autor também considera que uma proposta de formação bem sucedida deve primar pela valorização de contribuições de diferentes disciplinas e áreas do conhecimento.

O entendimento de que o profissional de lazer já “nasce pronto”, ou a ideia de que ele apenas precisa de uma capacitação específica, geralmente com conteúdos essencialmente práticos, para se atualizar e atender as demandas sociais de acesso ao lazer, apesar de relevante, não se justifica quando ocorre de forma isolada e descontextualizada de demais aspectos da sociedade, como as relações com massificação cultural, o fenômeno do lazer enquanto objeto de consumo, entre outros.

Apesar das críticas efetuadas sobre a tradicional visão de recreação e de recreador, ressalto a importância de diferentes práticas culturais disseminadas até mesmo nessa perspectiva para a compreensão de seu processo de construção. Penso, entretanto, ser necessário buscar um entendimento ampliado sobre essas práticas, por meio de análises dos significados sociais, pedagógicos e culturais por elas incorporados em nossa realidade. (ISAYAMA, 2010, p.11).

O autor salienta que a formação de profissionais de lazer no Brasil se estruturou em duas grandes vertentes, uma considerada mais técnica / prática, que privilegia o aperfeiçoamento de técnicas de atuação apenas pela sua realização, demandando do profissional pouca ou nenhuma reflexão ou contextualização social, pouco se atentando

com uma necessidade de transformar a realidade, pelo contrário, a busca pela técnica se dá no sentido de aperfeiçoar as condições já existentes e postas. (ISAYAMA, 2010).

Uma segunda vertente, porém, lembra Isayama (2010), privilegia o conhecimento interdisciplinar, a cultura, a investigação, a crítica, buscando atuar e modificar a realidade onde se desenvolve o trabalho. Neste sentido, as reflexões apresentadas, tanto a partir das contribuições do PELC, quanto das contribuições da animação sociocultural, se mostram mais alinhadas com essa segunda vertente, visto que ambas privilegiam a reflexão sobre a prática, a investigação e, principalmente, o compromisso com a transformação social.

Dentro dessa concepção, o autor apresenta quatro pontos fundamentais que devem ser observados dentro de uma proposta de formação de profissionais de lazer, que compreendem: a busca pela unidade entre a teoria e a prática; a ideia de se pensar o lazer enquanto campo multidisciplinar; a necessidade de se oferecer uma sólida formação teórica e cultural; e por fim, a importância de se valorizar a formação continuada. (ISAYAMA, 2010).

Aspectos importantes destacados pelo autor, como a necessidade de se oferecer ao futuro profissional uma formação cultural ampla e sólida, tanto na teoria quanto na prática, nem sempre será possível a partir da formação geral oferecida nas universidades. É preciso uma ampliação dessa formação, e nesse ponto, a formação em serviço se torna fundamental, tanto por proporcionar um espaço rico de reflexão sobre o saber profissional, quanto para combater a massificação cultural que se multiplica na sociedade.

Penso que o processo de formação continuada em lazer deva acontecer por uma perspectiva que focalize três eixos: o espaço de intervenção deve ser o lócus privilegiado de formação; a formação continuada tem de ter como referência fundamental o saber profissional, o reconhecimento e a valorização desse saber; as diferentes etapas do desenvolvimento profissional do projeto precisam estar presentes para que ele se dê adequadamente, já que não podemos tratar do mesmo modo o animador em fase inicial do exercício profissional e aquele que já se encaminha para a aposentadoria. (ISAYAMA, 2010, p.17).

A valorização do saber profissional, a atuação no lócus da intervenção, o diálogo multidisciplinar, a importância de uma formação cultural ampla, dentre outras necessidades apontadas por Isayama (2010), podem ser observadas tanto nas orientações para o desenvolvimento das formações do PELC quanto nas discussões referentes à metodologia de atuação da animação cultural.

A contribuição de programas de promoção do lazer como o PELC, ou a difusão de metodologias de atuação como a animação sociocultural, com certeza contribuem significativamente com a formação continuada, e até a formação inicial de agentes de lazer. Refletir sobre a atuação prática do agente à luz dos princípios de uma metodologia de intervenção e transformação social, como a animação sociocultural, com certeza pode

enriquecer ainda mais a formação dos agentes de lazer, e consequentemente, favorecer uma melhor qualidade no atendimento das necessidades da sociedade.

Avaliar políticas públicas, programas e métodos de atuação profissional pressupõe um estudo amplo e detalhado, que demandam um envolvimento metodológico maior do que uma breve revisão bibliográfica. Convém destacar, porém, que ao levantar informações sobre esses temas, aspectos semelhantes e fundamentos de atuação saltam aos olhos e nos permitem inferir algumas considerações finais.

Entendemos que o processo de formação profissional de agentes sociais de lazer e esporte recreativo apresentado pelo PELC no Jardim Lavínia, utilizou uma metodologia de trabalho dentro do campo do lazer com o objetivo de transformar a sociedade, partindo do princípio da valorização da cultura local e buscando a ampliação da mesma, sem negar a anterior. A preocupação em formar cidadãos, formando assim pessoas que possam usufruir com consciência e criticidade dos seus momentos de lazer, se apropriando dos diferentes conteúdos possíveis, foi a proposta do PELC em São Bernardo, que ao se inserir em um Centro Esportivo, como o localizado na periferia de uma grande cidade da região metropolitana de São Paulo, consegue apresentar transformações sociais, ainda que singelas, mas capazes de ressignificar a utilização de um espaço público, tornando-o mais democrático e acessível a todos.

## REFERÊNCIAS

BERNET, J. T. **Animação Sociocultural: teorias, programas e âmbitos**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Conferência Nacional do Esporte**. Brasília: Ministério do Esporte, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. **Programa Esporte e Lazer da Cidade: Diretrizes / Edital 2012**. Secretaria Nacional de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão Social. Brasília: SNEELIS, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. **Programa Esporte e Lazer da Cidade: Diretrizes Vida Saudável / Edital 2013**. Secretaria Nacional de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão Social. Brasília: SNEELIS, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. **Programa Esporte e Lazer da Cidade: Orientações preliminares para a implantação e desenvolvimento de núcleos de esporte recreativo e de lazer**. Secretaria Nacional de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão Social. Brasília: SNEELIS, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. **Programa Esporte e Lazer da Cidade: Diretrizes 2016**. Secretaria Nacional de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão Social. Brasília: SNEELIS,

2016.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

ISAYAMA, H. F. Formação profissional no âmbito do lazer: desafios e perspectivas. In: \_\_\_\_\_. (org.) **Lazer em estudo: currículo e formação profissional**. Campinas, SP: Papirus, 2010.

\_\_\_\_\_. O profissional da Educação Física como intelectual: atuação no âmbito do lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**, Campinas: Papirus, 2003.

MARCELLINO, N. C. (Org.). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**, Campinas: Papirus, 2003.

MARCELLINO, N. C. **Lazer: formação e atuação profissional**. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

RAMOS, M. L. B. C. **Formação no Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Brasília: Fields, 2011.

RODRIGUES, R. P. **Gestão da Política Intersectorial: contribuições do PELC**. Brasília: Ideal, 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, D.A.M *et al.* **Gestão de políticas públicas de esporte e lazer: princípios e pressupostos teóricos**. Brasília: Ideal, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Sistema nacional de esporte e lazer**. Brasília: Ideal, 2011b.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.

## Endereço para correspondência

### **Evandro Brandão Secco**

Rua dos Coqueiros, 1291, apto 152, Torre 1, Bairro Campestre, Santo André, SP.

CEP: 09111-200.

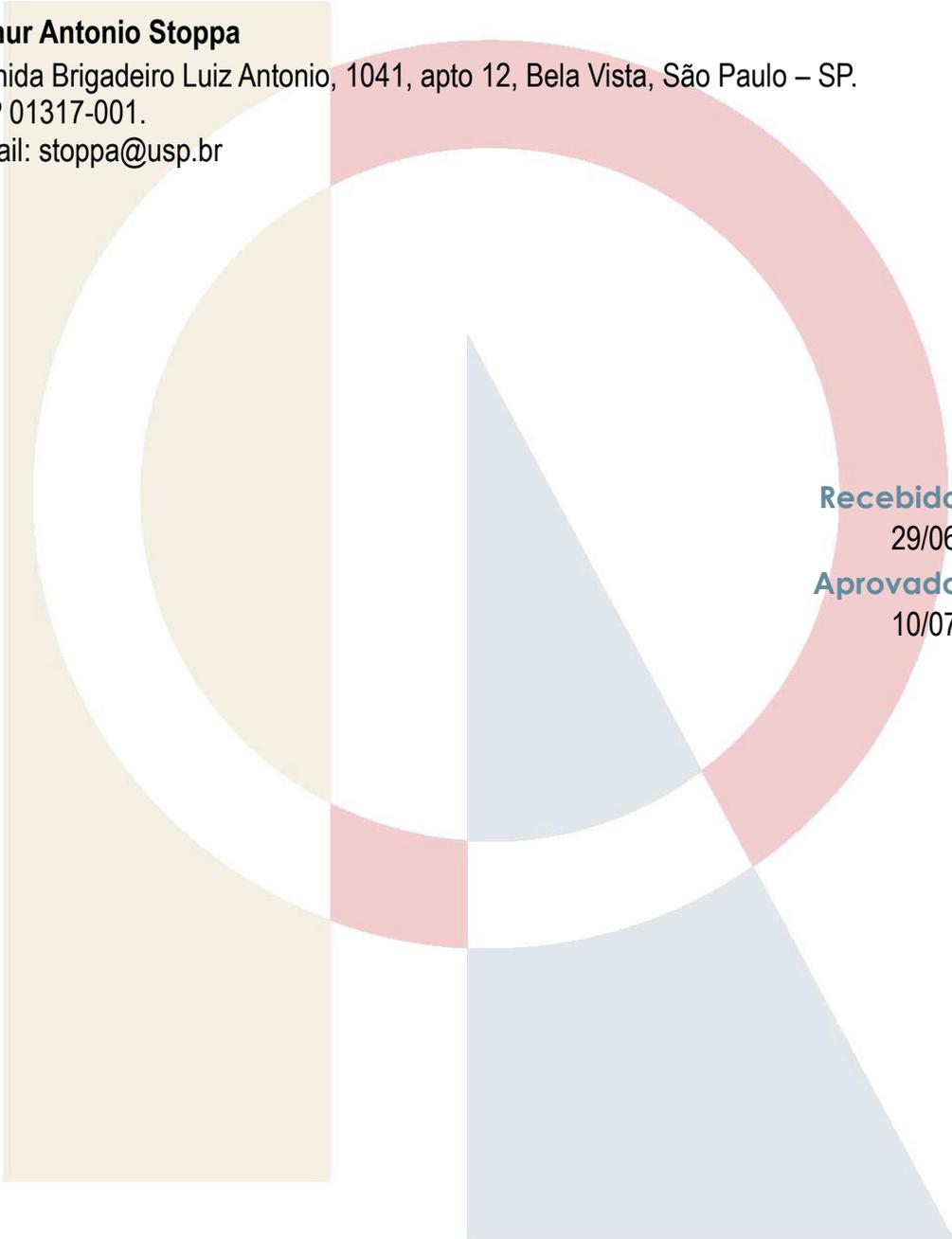
Email: [esecco@hotmail.com](mailto:esecco@hotmail.com)

### **Edmur Antonio Stoppa**

Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 1041, apto 12, Bela Vista, São Paulo – SP.

CEP 01317-001.

E-mail: [stoppa@usp.br](mailto:stoppa@usp.br)



**Recebido em:**

29/06/2017

**Aprovado em:**

10/07/2017